



**Políticas públicas e impactos territoriais: os efeitos das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio sobre as comunidades ribeirinhas do Rio Madeira <sup>1</sup>**

**Public policies and territorial impacts: the effects of the Jirau and Santo Antônio hydroelectric dams on the riverside communities of the Madeira River.**

**Políticas públicas e impactos territoriales: los efectos de las centrales hidroeléctricas de Jirau y Santo Antônio en las comunidades ribereñas del río Madeira**

Adriele Gomes da Costa<sup>2</sup>

Débora Cristina Machado Bezerra<sup>3</sup>

**Resumo**

A construção das Usinas de Jirau e Santo Antônio (Rio Madeira, RO) impulsionou a política energética, mas revelou contradições do modelo de desenvolvimento na Amazônia. Embora defendidos pelo discurso de progresso, esses empreendimentos causaram transformações profundas nos territórios e modos de vida das comunidades ribeirinhas, impactando significativamente sua organização econômica, social e cultural. Este trabalho analisa os impactos socioterritoriais gerados e as limitações das políticas públicas destinadas a mitigar os danos às populações atingidas. A pesquisa qualitativa, baseada em estudos acadêmicos e documentos oficiais, constatou que as medidas compensatórias foram insuficientes para restaurar

---

<sup>1</sup> Resumo apresentado ao G1- VI Congresso Internacional DHJUS- Futuros possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

<sup>2</sup> Acadêmica de Direito na Universidade Federal de Rondônia- [adrielecosta18hto@gmail.com](mailto:adrielecosta18hto@gmail.com)

<sup>3</sup> Acadêmica de Direito na Universidade Federal de Rondônia- [deboracristinam095@gmail.com](mailto:deboracristinam095@gmail.com)

o equilíbrio socioambiental e garantir os direitos das comunidades deslocadas. Conclui-se que os projetos hidrelétricos na Madeira sublinham a urgência de se criar políticas públicas mais participativas, que reconheçam os povos da Amazônia como agentes centrais em seus territórios e que assegurem o direito a um modelo de desenvolvimento verdadeiramente justo e sustentável.

## **Introdução**

O avanço de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira, especialmente no setor hidrelétrico, reflete uma lógica de desenvolvimento que historicamente subordina o vasto e complexo território amazônico aos interesses econômicos nacionais e globais. As usinas de Jirau e Santo Antônio, instaladas no trecho do rio Madeira em Rondônia, servem como emblemático exemplo desse processo. Planejadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), elas foram estrategicamente apresentadas como soluções urgentes para a crescente demanda energética do país, prometendo, localmente, a geração de emprego e renda.

Contudo, conforme alertado por diversos estudos (ANDRADE et al., 2022; FERREIRA et al., 2023), sua implementação desencadeou alterações profundas nas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais das comunidades ribeirinhas, atingindo diretamente seus modos de vida tradicionais e, sobretudo, seus vínculos territoriais. O objetivo deste trabalho é, portanto, compreender e detalhar os efeitos das políticas públicas associadas à construção dessas usinas e discutir sua efetividade e limitações na mitigação dos inegáveis impactos socioambientais e territoriais sofridos pelas populações locais do Baixo Madeira.

## **Desenvolvimento**

A pesquisa emprega uma abordagem qualitativa e exploratória, estruturada a partir da revisão bibliográfica e da análise de relatórios técnicos e documentos oficiais, incluindo a análise da **COBRAPE (2006)** e estudos recentes (**FERREIRA et al., 2023; RIVOIRO et al., 2024**). A metodologia se alinha à análise socioambiental, buscando integrar as dimensões humanas, culturais e territoriais que foram intrinsecamente afetadas pelos deslocamentos populacionais.

Os dados e a literatura revisada são categóricos ao indicar que a instalação das barragens resultou em deslocamentos forçados, perda de moradias, e uma severa desestruturação das atividades produtivas extrativistas, impactando decisivamente a base econômica das famílias. Mais do que isso, houve um enfraquecimento das redes de solidariedade e do tecido social entre as famílias ribeirinhas. Em localidades como Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Abunã, os impactos se manifestaram com extrema severidade, contabilizando, segundo a **COBRAPE (2006)**, mais de 2.800 pessoas diretamente atingidas.

Um dos pontos mais críticos reside no reassentamento. Embora o reassentamento urbano, como o de Nova Mutum-Paraná, tenha sido concebido como uma solução habitacional, na prática, ele resultou na **descaracterização cultural** das famílias transferidas. Conforme apontam **RIVOIRO et al. (2024)**, essas populações perderam o contato direto e vital com o rio — elemento que constitui a base simbólica, econômica e, essencialmente, identitária de sua existência ribeirinha. Adicionalmente, **ANDRADE et al. (2022)** destacam como a obra transformou a própria configuração espacial de bairros tradicionais em Porto Velho, evidenciando impactos urbanos e sociais imediatos.

Ademais, a implementação das políticas compensatórias foi marcada por uma excessiva burocratização, notável ausência de participação popular efetiva e uma fragilidade na execução e monitoramento dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). A grave enchente histórica de 2014 serviu como um evento catalisador, expondo de forma irrefutável a vulnerabilidade estrutural e ambiental das obras, revelando falhas cruciais no planejamento e na governança territorial.

Esses fatores revelam que o modelo de desenvolvimento imposto pela lógica de segurança energética nacional deliberadamente desconsidera a complexidade sociocultural e a expertise local dos povos amazônicos, reproduzindo padrões históricos de exclusão e marginalização. A Amazônia é tratada, predominantemente, como um **território de recursos** a serem explorados, e não como um **território de direitos** a serem garantidos.

## **Considerações finais**

A análise conclusiva evidencia que as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, embora tenham sido elementos de impulso ao crescimento econômico regional, acentuaram desigualdades preexistentes e fragilizaram de modo irreversível modos de vida tradicionais. As políticas públicas associadas ao licenciamento, à compensação ambiental e ao reassentamento mostraram-se insuficientes e falhas na sua capacidade de garantir a justiça social e a sustentabilidade prometida.

Conclui-se, de forma contundente, que o planejamento de grandes projetos e obras na Amazônia deve ser urgentemente repensado sob a ótica da **justiça territorial**, priorizando a participação efetiva e o direito à consulta livre, prévia e informada das comunidades, o respeito inequívoco aos modos de vida tradicionais e a valorização dos saberes locais. A construção de políticas públicas mais sensíveis e contextualizadas ao complexo mosaico amazônico é fundamental para garantir que o desenvolvimento deixe de ser percebido como um processo de perda e deslocamento e passe a ser uma oportunidade de fortalecimento e protagonismo dos povos e territórios que compõem essa região vital.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Amazônia; Ribeirinhos; Hidrelétricas; Territórios.

#### **Referências:**

**ANDRADE, R. C. O.; TEIXEIRA, M. A. D.; LEÃO, M.** Impactos da Hidrelétrica de Santo Antônio na configuração espacial do Bairro Triângulo (Porto Velho/RO). Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n. 23, p. 79–99, 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/362530228\\_IMPACTOS\\_DA\\_HIDRELETRICA\\_DE\\_SANTO\\_ANTONIO\\_NA\\_GURACAOCONFI\\_ESPACIAL\\_DO\\_BAIRRO\\_TRIANGULO\\_PORTO\\_VELHORO](https://www.researchgate.net/publication/362530228_IMPACTOS_DA_HIDRELETRICA_DE_SANTO_ANTONIO_NA_GURACAOCONFI_ESPACIAL_DO_BAIRRO_TRIANGULO_PORTO_VELHORO) acesso em 12/10/2025.

**COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos.** Relatório de análise do conteúdo dos estudos de impacto ambiental (EIA) e do relatório de impacto ambiental (RIMA) dos aproveitamentos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira. Porto Velho: Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos, 2006. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RelatrioMadeira.pdf> .Acesso em 08 out. 2025

**FERREIRA, Lorena Barreto; PINHEIRO, Luana da Silva; FREIRE, Elaine Maria Rego.** Impactos socioambientais na região de Porto Velho após a construção da Hidrelétrica de Santo Antônio. Revista Contemporânea, v. 3, n. 6, p. 6260-6277, 2023.

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/993>. Acesso em 13 out. 2025.

**RIVOIRO, Marcus Vinicius; SANTOS, Fábio Bezerra dos; LUIZAGA, Rene.** Impactos socioculturais e econômicos: a realidade contemporânea das comunidades ribeirinhas atingidas pelas obras Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, e86328, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/CcGPTLFFrYNy89z34PFGXxf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2025.